René Pélissier*

Análise Social, vol. XL (175), 2005, 395-405

Além-mar: paixões, ambições, ilusões

Começaremos esta crónica por um livro apaixonado, tal como eu gosto: fora do comum, enorme, exótico e inusitado. Em qualquer caso, poderá interessar aos que o quiserem comparar — a alguns séculos de distância — com a *Peregrinação,* ainda que o autor, médico da marinha portuguesa entre 1886 e 1910, não tivesse qualquer pretensão literária. O autor foi, simplesmente, um viajante compulsivo, de caderno de notas em punho. Mas as suas *Imagens do Oriente*[1] revelam-nos um *globe-trotter* igual a tantos outros dessa época que aproveitaram as suas funções para percorrerem o mundo. Durante muito tempo fixado em Macau (dezoito anos), onde casou com uma filha da alta burguesia macaense, o autor descreve no seu manuscrito — recentemente publicado graças à muito louvável iniciativa dos últimos lusófonos locais — as múltiplas escalas e percursos terrestres que realizou nos Estados Unidos, mas sobretudo na China e no Japão (pelo qual tem, tal como Fernão Mendes Pinto, um verdadeiro fascínio), no Sião, na Indochina, nas Filipinas, nas Índias holandesas, na Índia, em Timor, etc. Parece que as páginas que dizem respeito a Moçambique, Angola e Guiné aguardam por um editor interessado. Em resumo, qual é o interesse destas impressões de viagem? Em primeiro lugar, elas constituem a visão de um observador, muitas vezes rápido, mas perspicaz, das realidades chinesa e japonesa; em segundo, são uma descrição, por vezes clínica, da administração portuguesa, das intrigas coloniais e da sociedade macaense; em terceiro, são o relato da intervenção da marinha portuguesa na repressão da revolta de Maubara, em Timor, no ano de 1893. Segundo o autor (ou segundo o seu editor), o reino de Manufai ter-se-á revoltado igualmente. Embora seja possível, este facto não é referido em nenhuma das fontes que consultámos

[1] António José Gonçalves Pereira, *Imagens do Oriente. Impressões de viagens,* Macau, Museu Marítimo de Macau, 1999, 425 páginas, com numerosas fotografias a sépia e a cores. Tiragem: 500 exemplares.

quando elaborámos o nosso trabalho *Timor en guerre,* Orgeval, Editions Pélissier, 1996 (pp. 123-129). A dúvida é, no entanto, lícita. Por outro lado, o que o livro afirma (pp. 353-360) está em completa contradição com o que em *Timor en guerre* (*op. cit.,* pp.185-188) deduzi das fontes consultadas no que diz respeito à data da morte do «célebre» alferes Francisco Duarte (Arbíru). Em quem acreditar? O nosso médico é um cronista impressionista, não lhe exijamos que seja também um historiador rigoroso.

E, já que estamos entre os fantasmas do Oriente, continuemos com os literários. *Fantasmas e Fantasias Imperiais*[2] fala de uma «geografia do além» (p. 204), nomeadamente da antiga Índia portuguesa. Esta obra não é apenas uma glosa deste ou daquele romance, contendo vários estudos válidos de historiadores (nem sempre muito benevolentes com os colegas) que desconstroem impiedosamente alguns mitos imperiais. Mas estes são tão antigos e estão tão enraizados na mentalidade portuguesa que me pergunto se os eminentes especialistas não se comportarão como Dons Quixotes científicos, preocupados com moinhos de vento e quimeras que podem muito bem vencê-los. Num país que cultivou, durante séculos, dormideiras em todas as escolas primárias, o pesticida que hoje espalham vinte ou trinta ensaístas que procuram desconstruir a gesta imperial parece pouco poderoso para as erradicar. Veremos. Entretanto, é importante ler este livro.

O mesmo comentário pode ser feito em relação a *Humanismos latinos em África*[3] se fecharmos os olhos a alguns exemplos de verbalismo sonoro na qualidade de tribuna internacional: o «bem falar» para dizer banalidades é uma das chagas herdadas da lengalenga africana. Este colóquio realizado em Dacar em Janeiro de 2003 não conseguiu escapar-lhe completamente. Mas esta recolha contém, apesar disso, textos rigorosos. Sem ser exaustivo, refiramos um estudo sobre o tokoísmo em Angola, um outro sobre o relatório Nightingale de 1906 e um terceiro sobre os refugiados angolanos em Itajai (Brasil) que fugiram da guerra civil em 1976 em quatro barcos de pesca. Na verdade, estes navegadores eméritos eram, em parte, cabo-verdianos, transplantados para a costa angolana.

De Cabo Verde, passemos a um livro de um historiador puro e duro que esclarece, finalmente, os amantes das relíquias e da lusofonia no Daomé (aliás Benim). A história social de Ouidah e, por osmose, do estabelecimento luso-brasileiro de S. João Baptista de Ajudá dá um salto decisivo com o texto de Robin Law[4]. Especialista da história do Daomé e do comércio negreiro,

---

[2] Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (coords.), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo,* Porto, Campo das Letras, 2003, 310 páginas, com fotografias a preto e branco.

[3] *Humanismos latinos em África: encontros e desencontros,* Treviso (Itália), Fondazione Cassamarca, 2003, 243 páginas.

[4] Robin Law, *Ouidah. The Social History of a West African Slaving «Port», 1727-1892,* Oxford, James Currey Publishers, 2004, XII-308 páginas.

o autor reafricaniza magistralmente o papel essencial deste porto, o principal ponto de embarque dos escravos da África ocidental (mais de um milhão de pessoas exportadas entre o século XVII e o século XIX). Ao mesmo tempo, o autor oferece-nos uma centena de páginas sobre os brasileiros de Ouidah e a família De Souza, da qual alguns elementos se tornaram os intermediários entre Portugal e o rei Gléglé para alcançar, ambiciosamente, um pseudoprotectorado português (1885-1887) sobre o Daomé. Curiosamente, Law não parece ter consultado dois livros recentes, em português, sobre este «arremedo» tardio do Império que, reduzido a 1 ou 2 hectares, só desapareceu em 1961. Um fantasma colonial que, no entanto, despertou no jornal *Expresso* há alguns anos.

Menos periférico, entremos agora num assunto que mobilizou verdadeiramente uns historiadores — e propagandistas portugueses — obstinados em enaltecerem a evangelização do Congo e a importância deste reino nas relações entre a África e a Europa. Não tenho qualquer competência — nem gosto — para abordar este tema, que me parece, ainda assim, ter sido voluntariamente sobrevalorizado. No entanto, parece-me necessário referir uma tese[5] que tem o mérito de ter sido redigida «a partir de dentro», isto é, por um africano que tem uma palavra a dizer sobre este assunto. À primeira vista, o autor é eloquente e as autoridades religiosas (Roma) e seculares (portuguesas) não saem enaltecidas deste insucesso. Com qualidades de historiador, ainda que, por vezes, se aventure um pouco ligeiramente para além do seu período, sem estudar bem a bibliografia pertinente. No que trata, as qualidades que emergem são a minúcia, a ponderação e um bom conhecimento das fontes italianas, portuguesas e francesas. Extraordinariamente raro num africano francófono, o autor tem em atenção a história política de Portugal da época.

E, já que estamos no Congo e com os congoleses, refiramos um artigo sobre o primeiro angolano na Áustria, publicado na *Indaba*[6], uma revista austríaca que se interessa pela África austral. Implicado num motim, foi enforcado em Viena em 1704, acusado de rebelião. Mais próximo de nós, mas dizendo sempre respeito a Angola e à sua história, não podemos deixar de mencionar o grosso livro[7] de homenagem, prestada por colegas e admiradores, ao padre Frans Bontinck, bem conhecido dos especialistas da África central e ao qual devemos estudos extremamente eruditos sobre assuntos tão diferentes como a evangelização do Congo, Silva Porto, as viagens dos

---

[5] Kabolo Iko Kabwita, *Le royaume Kongo et la mission catholique, 1750-1838. Du déclin à l'extinction,* Paris, Editions Karthala, 2004, 487 páginas, com fotografias a preto e branco.

[6] *Indaba,* n.º 43/04, Viena, Southern Africa Documentation and Cooperation Centre, 2004, 28 páginas, com fotografias a preto e branco.

[7] Pamphile Mabiala Mantuba-Ngoma (coord.), *La nouvelle histoire du Congo. Mélanges eurafricains offerts à Frans Bontinck, C. I. C. M.,* Paris, L'Harmattan, 2004, 472 páginas, com fotografias a preto e branco.

Pombeiros, os Jagas, etc., apenas para nos limitarmos às questões angolanas. Destacamos, sobre este tema, alguns artigos deste florilégio sobre a correspondência de Afonso I Mani Kongo acerca da viagem de Max Buchner ao reino lunda, apresentados por dois especialistas. Precisemos igualmente que o padre Bontinck, verdadeiro homem-enciclopédia, constituiu, antes da sua reforma (em 2002), na Bélgica, uma biblioteca histórica privada — mas aberta ao público —, com cerca de 15 000 volumes sobre a África central (e, portanto, sobre o Norte de Angola). Oxalá que, tendo o mestre partido, ela continue a crescer e não desapareça nos mercados de Kinshasa!

Photographs Objects Histories[8] pertence a uma categoria de livros em pleno desenvolvimento que se interessa pelo valor documental — e mesmo político — da fotografia. Do Japão à Roménia, das Índias holandesas ao Canadá, os contributos são valiosos. Refiramos apenas o artigo consagrado à fotografia utilizada pela Diamang para homenagear, no seu Museu de Dundo, Lunda, os chefes africanos que forneceram grandes contingentes de contratados. Os retratos eram expostos na sala «História» ou oferecidos aos interessados, sendo esta uma maneira hábil de administrar e de rentabilizar a população local, graças às intervenções dos regedores, que, desta forma, se tornavam auxiliares da Companhia. O velho Plutus, que, para além da bibliofilia, praticava um paternalismo vigilante, chegou mesmo a interditar aos seus empregados o uso da máquina fotográfica, o que numa concessão diamantífera se justificava por razões de segurança e apresentava múltiplas vantagens de natureza diversa.

E, já que estamos no reino da imagem e dos símbolos, sigamos de imediato com uma tese de mestrado inesperada, pois, se a parte «científica» é modesta, a parte mais importante do livro é constituída pelas memórias do autor[9], antigo comerciante português que veio a ser gerente de uma casa comercial do pai e, mais tarde, responsável por uma rede de lojas no Nordeste do distrito do Uíge, nomeadamente nas regiões de Quibocolo, Maquela do Zombo, Damba, etc. Ou seja, em pleno território da evangelização baptista levada a cabo por missionários anglófonos e entre uma população com tradições comerciais ancestrais. Há tempos lamentei a raridade de memórias publicadas por negociantes, funantes, etc., portugueses em África. Com este livro, essa lacuna é preenchida e, além disso, conhecendo o

[8] Elizabeth Edwards e Janice Hart (coords.), *Photographs Objects Histories. On the Materiality of Images,* Londres, Routledge, 2004, XI-222 páginas, com fotografias a preto e branco.

[9] José Carlos de Oliveira, *O comerciante do mato. O comércio no interior de Angola e do Congo,* Coimbra, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra, 2004, 223 páginas, com fotografias a preto e branco.

autor o quicongo e interessando-se pela etnologia — ou, pelo menos, pelos costumes dos seus clientes e fornecedores locais —, ele constitui uma espécie de crónica familiar e pessoal da vida no sertão nos anos 1950-1960 e, antes disso, em Luanda. O quadro que desenha apresenta particularidades desaparecidas depois de, pelo menos, duas gerações na colonização francesa, belga, alemã e, *a fortiori,* britânica: o contacto permanente e quotidiano do europeu com os aldeãos africanos. Tudo isto está repleto de ensinamentos, mas por que não fala o autor dos acontecimentos entre 1961 e 1974? Quibocolo em 1961 não era o Parque Eduardo VII, nem Bembe o Casino Estoril! Nem em 1961 (cf. René Pélissier, *La colonie du Minotaure*, Orgeval, Editions Pélissier, 1977), nem em 1966 (cf. René Pélissier, *Explorar,* Orgeval, Editions Pélissier, 1979).

Voltemo-nos agora para questões mais políticas com um texto de José Gonçalves[10], economista angolano que viveu os altos e baixos do movimento democrático em Angola. O autor parece conhecer bem os pequenos partidos que tentaram fazer ouvir a sua voz face aos dois partidos totalitários que dividiram entre si a cena política depois da descolonização. Temos mesmo a impressão de que José Gonçalves militou numa dessas pequenas formações, cujos aparelhos foram esmagados pelos poderosos.

Pelo mesmo editor institucional (ISCTE, Lisboa), abordemos um pequeno estudo[11] que mostra que Cabo Verde, graças à ajuda ao desenvolvimento que recebeu e ao envio de fundos dos seus emigrantes, continua a ser o primeiro da classe na escola dos PALOP, da qual fazem parte um ou dois (ou três ou quatro) miseráveis, dos quais prefiro nem sequer falar.

Ainda mais técnica, refiramos uma avaliação da ajuda concedida pela Dinamarca às populações de deslocados em Angola. Sabendo que existiam 4,1 milhões de angolanos nesta situação em Maio de 2002 (sem falar dos refugiados que estavam fora do país), o leitor deve prestar atenção a algumas estatísticas do relatório[12] sobre a avaliação pormenorizada quanto à eficácia das ONG e das agências da ONU encarregadas de repartirem o dinheiro dos contribuintes dinamarqueses. Realizada no Huambo, Kuito, Luena, Lumeje, Uíge, Bungo, etc., em Julho-Agosto de 2003, esta avaliação é, no seu conjunto, positiva.

---

[10] José Gonçalves, *O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola,* Lisboa, CEA/ISCTE, Centro de Estudos Africanos, 2004, 34 páginas.

[11] Manuela Cardoso, *Strategies to surpass the vulnerability of the Small Island States with few resources: the case of Cape Verde,* Lisboa, CEA/ISCTE, Centro de Estudos Africanos, 2004, 11 páginas.

[12] *Danish Assistance to Internally Displaced Persons in Angola, 1999-2003,* Copenhaga, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Danida, 2003, 147 páginas, com ilustrações.

Quem não vai ficar satisfeito é Henry Kissinger quando ler o enorme trabalho, demolidor do seu estatuto, apresentado por Jussi Hanhimäki[13], professor de história e de política internacional em Genebra. Baseando-se numa análise minuciosa das fontes publicadas e em documentos de arquivo, o autor chega à conclusão de que o supremo arquitecto da diplomacia americana viveu a sua «pior hora» (pp. 399-426) em Angola em 1975. Do ponto de vista ético — mas quem é que se preocupa com a ética nas relações Leste-Oeste durante a guerra fria? —, o fiasco de 1975 é inegável para o nosso Dear Henry. Do ponto de vista geo-estratégico, o resultado também não é muito mais brilhante e, no plano humano, 1975 foi uma catástrofe completa para a população local que se traduziu em quase uma geração de guerras. O autor é claro nesta incursão na alta diplomacia, o que talvez espante alguns leitores pouco familiarizados com o papel da China nesta aventura. Mas o historiador deve admitir que, se Castro não tivesse deitado abaixo o castelo de cartas de Kissinger, este talvez tivesse visto a sua estratégia resultar. Com reservas, podemos refazer a história. De qualquer maneira, o livro apresenta numerosos elementos úteis para compreender como os angolanos — e os portugueses — não representavam grande coisa no jogo de Kissinger.

Uma vez que estamos entre as ilusões da alta diplomacia, permaneçamos neste domínio com *Enhancing Global Governance*[14], que estuda, entre outros temas, a proibição do uso de minas antipessoais e a campanha para instituir um Tribunal de Justiça Internacional tendo por objecto os genocídios e crimes contra a humanidade. Muito interessante. Porém, o que chama a nossa atenção de especialista é o capítulo (pp. 248-267) sobre as sanções impostas pelas Nações Unidas à UNITA e o tráfico de diamantes. Nesta parte do livro podemos seguir a história das medidas, cada vez mais severas, que, sob o impulso do Canadá, a partir de 1999, fecharam o filão financeiro que, por fim, acabaria por reduzir consideravelmente os apoios africanos de Savimbi e as suas possibilidades de aprovisionamento de armas. Interessante.

Ainda no mesmo registo, o livro de Esref Aksu[15], professor na Irlanda, mas que estudou na Austrália, é um trabalho de relações internacionais que examina a evolução das normas de intervenção (ou de não intervenção) da ONU nos conflitos internos que assolam diversos países. O livro aborda

---

[13] Jussi Hanhimäki, *The Flawed Architect. Henry Kissinger and American Foreign Policy,* Oxford University Press, 2004, XXII-554 páginas, com fotografias a preto e branco.

[14] Andrew F. Cooper, John English e Ramesh Thakur (coords.), *Enhancing Global Governance. Towards a New Diplomacy?,* Tóquio, United Nations University Press, 2002, XI-308 páginas.

[15] Esref Aksu, *The United Nations Intra-state Peacekeeping and Normative Change,* Manchester, Manchester University Press, 2003, XII-241 páginas.

quatro casos, entre os quais, uma vez mais, Angola (pp. 155-178). Pelo menos outras dez obras já trataram este problema, sem falar do testemunho dos principais actores. Todas as fontes do autor são, obviamente, em inglês. A originalidade, outrora exigida às teses — pelo menos em França —, deixou de ser um objectivo a alcançar. E é necessário que todo o mundo universitário viva. Foram tantos os que morreram em Angola e que nem sequer sabiam ler, ou que nem sequer, alguma vez, viram um livro, nem ouviram falar de Kissinger ou da rainha Jinga!

Como estamos a falar de iliteracia, recomendo um livro[16] que contém uma longa (pp. 150-196) e brilhante síntese sobre a situação linguística em Moçambique. Um não-especialista, como eu, ficará a saber que em 1996--1997, segundo um inquérito oficial, numa população de 16 135 403 habitantes, 489 915 reivindicavam o português como língua materna, isto é, cerca de 3% do total. E, como não existem nesta população 489 915 pessoas de raiz portuguesa nem, provavelmente, estas serão sequer 89 915, devemos concluir que na cidade, pelo menos, uma pequena parte da população africana prefere o português a qualquer outra língua vernacular, o que é auspicioso para o futuro da lusofonia. Ou será que se trata de uma ilusão suplementar? Notamos igualmente que estes «lusófonos de nascimento» são mais numerosos no Sul do que no Norte. Em Maputo-Cidade são cerca de 17,7%, 10,3% na província de Maputo, mas apenas 3,6% em Inhambane, 2,6% na província de Sofala, 1,6% na Zambézia, 0,9% na província de Nampula e 0,3% em Cabo Delgado. Estas estatísticas estão prenhes de ensinamentos. Elas mostram o desequilíbrio da presença portuguesa na época colonial, agravada pela fuga dos colonos. Este texto fornece muitos dados que desconhecíamos (por exemplo, anuncia a criação a curto prazo de uma universidade, Mussa Bin Bique, em Angoche que será um centro cultural para o ensino do árabe!) sobre a vida cultural de Moçambique e das suas instituições. As conclusões do autor (Armando Jorge Lopes) sobre o papel do inglês em relação ao português e às línguas africanas parecem-me fundadas sobre o bom senso.

Deixemos por momentos os lusófonos e passemos aos hispanófonos — ou aspirantes a — de África. Neste caso, situamo-nos numa encruzilhada de ambições e de ilusões. Um livro, que me parece equilibrado, de um jornalista do *Financial Times,* Toby Shelley[17], descreve correctamente as

---

[16] Richard B. Baldauf, Jr e Robert B. Kaplan (coords.), *Language Planning and Policy in Africa,* vol. 1, *Botswana, Malawi, Mozambique and South Africa,* Clevedon (Inglaterra), Multilingual Matters, 2004, v-282 páginas.

[17] Toby Shelley, *Endgame in the Western Sahara. What Future for Africa's Last Colony?,* Londres, Zed Books, 2004, xi-215 páginas, com fotografias a preto e branco.

ambições marroquinas no Sara — o que é normal neste domínio —, mas também as da França, dos Estados Unidos, da Argélia e, naturalmente, da POLISARIO e da Espanha, que estão longe de serem sempre concordantes. Particularmente úteis são as páginas sobre aquilo que o autor designa por «o sonho do alquimista», isto é, a procura petrolífera no Sara Ocidental (por enquanto apenas potencial) e a exploração dos fosfatos em Bou Craa, lugar visitado por Shelley. É provável que actualmente sejam extraídas cerca de 3 a 4 milhões de toneladas anuais, às quais acrescem os recursos da pesca, que fazem de Marrocos um grande exportador de produtos do mar. A colonização marroquina do antigo deserto espanhol é um fenómeno central, mas não irreversível, segundo o autor, que aposta no papel dos sarianos, dependentes da administração de Rabat, para fazerem mudar a situação. As acrobacias diplomáticas para definir quem são os verdadeiros habitantes, a evolução doutrinal e social da POLISARIO, as dissenções no seu seio e outros factores ainda mais complexos são bem analisados nesta obra. A bibliografia utilizada não contém praticamente nenhum livro em espanhol.

O mesmo se diga de um estudo universitário francês[18] que tem por objecto o insucesso das Nações Unidas para organizarem um referendo na região. Mais centrada no plano diplomático — volta a falar-se de uma repartição do território —, político e jurídico, esta obra parece muito pessimista quanto às hipóteses de a POLISARIO vir a obter a sua independência. O autor conclui: «O movimento independentista já não tem o seu destino nas mãos» (p. 183). Talvez, mas será pela cabeça dos sarianos que este assunto será resolvido, seja dos que vivem no interior do território, seja dos que habitam no exterior. O que faz lembrar extremamente o caso de Cabinda. Quando estamos fracos, atravessamos fases em que devemos diminuir as nossas ambições, mas as paixões, essas, não morrem assim tão facilmente. Adiante!

No domínio das ilusões demasiado ambiciosas, assinalamos com prazer o pequeno trabalho de Dolores García Cantús[19], que exumou dos arquivos um relatório do governador da Guiné Espanhola de 1873 que, perante os reveses consecutivos da Espanha face à preponderância britânica nos planos económico, religioso e linguístico, recomendava pura e simplesmente o abandono da colónia que ele administrava. É verdade que se vivia em pleno realismo republicano, mas esta posição é, ainda assim, rara como proposta de um governador colonial — oficial da marinha — ao governo central.

---

[18] Laurent Pointier, *Sahara occidental. La controverse devant les Nations unies,* Paris, Karthala-Institut Maghreg-Europe, 2004, 226 páginas.

[19] Dolores García Cantús, *Abandonar Guinea: Informe de García Tudela al Gobierno de la República, 1873,* Vic (Espanha), Ceiba Ediciones, 2004, 94 páginas.

Trata-se de uma posição quase revolucionária, de dobrar a bandeira que estava encarregue de defender, porque não lhe são dados os meios que permitissem prolongar este «domínio imaginário» (p. 85). É fascinante e é absolutamente necessário que a autora publique a sua tese sobre Fernando Pó entre 1778 e 1900. Finalmente, começamos a ver de forma mais nítida por entre a teia de mitos e lendas tecida pelos franquistas em matéria de história colonial.

Mas voltemos aos nossos queridos lusófonos, que ficarão provavelmente muito contentes por saberem que já podem ler, em português, o relato da viagem política[20] efectuada por um dos raros marxistas — talvez mesmo o único — que seguiram a campanha eleitoral da RENAMO em 1994. Como não gostava mesmo nada da propaganda da FRELIMO e dos seus amigos, este trotskista declarado não lhe poupa nenhuma das suas flechas. E é um adversário temível. Acompanhando o circo eleitoral, de Cabo Delgado a Maputo, oferece-nos uma visão única do aparelho político da RENAMO, da sua recepção popular, das suas forças, das suas fraquezas e — ainda mais interessante — recolhe numerosos testemunhos sobre os movimentos anticolonialistas, organizados ou não, nomeadamente dos anos 1940-1950. Como já referi anteriormente a importância, para os politólogos, deste diário de campanha, publicado inicialmente em francês, resta-me reenviar o leitor para o texto, admiravelmente rico em notas, Não sei se as ilusões levam a melhor sobre as ambições do investigador, mas o que é certo é que as paixões, essas, revelam-se sem qualquer restrição. O que parece normal num país que acabou de sair de uma guerra civil impiedosa. Agora é necessário que o autor faça o mesmo percurso do lado da UNITA, se um dia chegarem a realizar-se eleições livres em Angola.

Num domínio muito próximo, não podemos deixar de recomendar o enorme número anual da *Lusotopie,* na sua edição de 2003[21], intitulado *Violences et contrôle de la violence au Brésil, en Afrique et à Goa*. A cada número, espanto-me com a riqueza de cada novo volume. Para nos limitarmos unicamente aos artigos que dizem respeito ao «antigo ultramar», referiramos, entre outros, «Ma-Tuga no mato. Imagens sobre os portugueses em discursos rurais moçambicanos», um texto sobre Angoche no século XIX, um outro sobre o «golpe de Estado» de Julho de 2003, em São Tomé, outro sobre o «caso Cardoso», em Moçambique, etc. Na minha opinião, em língua francesa, não existe nada de comparável — mesmo de longe —, com esta revista, se quisermos seguir a evolução da investigação relativa aos suces-

---

[20] Michel Cahen, *Os Outros. Um historiador em Moçambique, 1994,* Bâle/Basel, P. Schlettwein Publishing, 2004, 229 páginas, com mapas.

[21] Camille Goirand (dir.), *Lusotopie 2003. Violences et contrôle de la violence au Brésil, en Afrique et à Goa,* Paris, Karthala, 2004, 562 páginas, com ilustrações.

sores do Terceiro Império. No entanto, é necessário restabelecer a secção «Miettes», que constituía uma fonte bibliográfica muito importante.

Voltemo-nos agora para questões mais pontuais com *SAS Rhodesia*[22]. Sem surpresas, trata-se de um livro dedicado à glória das tropas de elite rodesianas, desaconselhado a leitores de coração sensível. Se o referimos aqui é porque ele traz, pelo discurso e pelas imagens, numerosas informações sobre as operações de comando montadas em Moçambique, por vezes muito longe da fronteira, pois encontramos estas tropas em acção, minando um caminho de ferro, perto de Moatize. Um mapa a cores e um quadro recapitulativo dão-nos conta das suas actividades desde Maio de 1972, isto é, desde o período colonial, no distrito de Tete. Se contei bem, são mencionadas 167 operações dos homens do Special Air Service em Moçambique até Dezembro de 1979. Tratava-se dos mais duros soldados que chegaram a montar operações anfíbias (com o apoio da marinha sul-africana) contra o porto da Beira, beneficiando de informações e guias fornecidos pela RENAMO. É um livro de recordações regimentais nostálgicas, com uma iconografia luxuosa extraordinária, onde as paixões se casam bem com as ambições.

Mais «serenos», dois textos saídos da antena local da Konrad-Adenauer-Stiftung[23] que nos espanta um pouco ver publicados em Maputo. Espanto este que nos reconforta, pois em quantos outros países africanos poderíamos ver publicar e difundir críticas tão acutilantes contra o poder? Por exemplo, «o incidente de Montepuez e o subsequente (a morte por asfixia de 119 detidos encarcerados numa cela de 21 m^2, após privação de comida e água) deixam transparecer a negligência «por defeito» dos direitos humanos no país e a fragilidade do Estado de direito» (p. 28 da secção em português). Parece que estamos no tempo da PIDE ou sob Amin Dada. É verdade que Montepuez fica muito longe do Polana; ainda assim, por menos do que isto, qualquer regime democrático seria derrubado na Europa. Mas em Montepuez não estamos nas margens do lago de Genebra. Assim, encontramos neste texto bilingue uma análise política que só pode ter sido feita no terreno e num clima de relativa liberdade de expressão. Pelo pouco que um observador externo da realidade local pode julgar, os reparos e conclusões das duas autoras podem parecer severos, ainda que fundamentados. Elas não poupam nem a FRELIMO, nem a RENAMO, nem a justiça, nem os funcionários, nem as ONG, nem, evidentemente, os corruptos que

[22] Jonathan Pittaway e Craig Fourie, *SAS Rhodesia. Rhodesians and the Special Air Service,* Musgrave (África do Sul), Dandy Agencies, 2003, 320 páginas, com numerosas ilustrações.

[23] Anícia Lalá e Andrea E. Ostheimer, *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003),* Maputo, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003, VIII-82 páginas + VIII-72 páginas na tradução inglesa incorporada.

gravitam à volta do poder, e propõem medidas radicais que, tendo em conta o resultado das eleições de 2004, não parecem estar prontas a serem postas em prática.

Mas podemos sempre sonhar lendo outra publicação[24] desta mesma Fundação alemã, sediada em Maputo, intitulada *O Controle Social do Poder Político em Moçambique*. O facto de serem os alemães a propiciarem o debate sobre o processo democrático em Moçambique dá conta da aceleração vertiginosa da história colonial. Há pouco mais de um século, o Kaiser lamentava-se por não se ter apoderado de Lourenço Marques e, em 1917-1918, o general von Lettow-Vorbeck conduzia o seu sanguíneo safari bem para além de Montepuez. E agora?

Agora terminaremos com o texto[25] de um antigo cidadão da República Democrática Alemã (RDA), ex-cooperante em Moçambique (Kanimambo!) e em Angola, que dá forma às suas lembranças de missionário da assistência técnica socialista a um país «irmão» ou, talvez, apenas «primo». Este conselheiro pedagógico começa, em 1984, por Angola, onde viverá (em Luanda) durante três anos. Mas, em Abril de 1990 (data tardia), o Ministério da Educação Popular da RDA envia os seus últimos peritos para Moçambique. O autor faz parte deste grupo, permanecendo em Moçambique após a reunificação alemã e continuando a ocupar-se de assuntos pedagógicos em Maputo. As suas considerações sobre as 900 crianças moçambicanas educadas na Alemanha — em circuito fechado, próximo de Magdeburgo — a partir de 1982 parecem pertinentes. Desenraizadas, no seu regresso a Moçambique muitas delas foram obrigadas a ingressar à força no exército da FRELIMO assim que desembarcaram no aeroporto de Maputo (p. 89). O autor permanecerá cinco anos e meio em Moçambique, o que lhe permitiu observar os soldados da ONUMOZ em actividade.

O interesse deste livro, de ambições modestas, reside no facto de ser o produto de um matemático que parece ter rompido com a rigidez do endoutrinamento comunista para cultivar a sua paixão por África. É já significativo que essa paixão persista depois de ter passado oito anos e meio nas grandes capitais «palopianas».

Redigido em Janeiro de 2005.

Tradução de Carla Araújo

---

[24] *O Controle Social do Poder Político em Moçambique,* Maputo, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004, 92 páginas.

[25] Hans-Peter Otto, *Kanimambo. Ein Afrikanisches Tagebuch,* Leipzig, Engelsdorfer Verlag, 2004, 201 páginas.